

O objecto dúctil

A emergência de uma sociologia histórica da edição*

Nuno Medeiros

Especificidades de um campo de pesquisa

Campo atravessado por várias tensões, o conjunto de pesquisas sobre o livro participa, ele próprio, em um dos vários paradoxos que, segundo James Carey (1984), lhe são particulares e conferentes de identidade. O autor fala da coincidência temporal que se dá na transição dos anos de 1970 para a década seguinte entre a “explosão” dos estudos sobre o livro, leitura e edição, e o recrudescimento das angústias em torno da crise da leitura e as possibilidades de desaparecimento do livro abertas pela mudança tecnológica, sobretudo a que se encontra ligada à informática. Processo não encetado mas intensificado nesses anos, a expansão e a institucionalização da investigação em torno do livro emergiam como território firmado e autônomo no seio das ciências sociais.

Traço interessante e revelador da natureza do impulso revitalizador centrado no livro como objeto, nos seus usos e nos agentes que os configuram, o próprio trajeto que a investigação tem desenhado representa uma ruptura decidida – manifestando, por vezes, pulsões iconoclastas – com a arraigada tradição acadêmica que outorgava à literacia, à textualidade, ao *bookishness*, ao *homo litteratus* um lugar heurística e historicamente insubstituível na explicação e na definição das sociedades modernas. Num momento em que se reconhecia o fim do monopólio da literacia tipográfica enquanto portadora

* Este texto beneficiou-se amplamente dos comentários de Telmo Clamote.

de estatuto honorífico inquestionado no seu direito a prestígio social (porque obrigada a dividir a posição com outros tipos de literacia, como a informática, a linguística ou a visual), o livro impresso era destituído da primazia de meio pelo qual se processam as transações fundamentais da vida social. O objeto em si, os seus usos e a perspetivação dos atores neles implicados sofrem, pois, uma transfiguração no seu cerne e significado. Observa-se um estiolamento do enfoque no livro e na edição em moldes entronizados, tal como tendiam a ser percebidos pelas ortodoxias explicativas que desde longa data os associavam linearmente à sabedoria e ao progresso – material, social e moral. Objeto metamorfoseado, o livro passa a ser considerado no polimorfismo histórico que sempre pareceu encerrar, participante paradoxal nos interstícios históricos, mesmo nos mais obscuros. *Locus* tanto de ignorância como de conhecimento, ou tanto de perda como de ganho, o objeto modificado pela mudança analítica permite a sua percepção enquanto instrumento de controle social e simultaneamente dispositivo de edificação da liberdade. A transparência, a estabilidade e a segurança consignadas ao livro na visão tradicional dão lugar no novo contexto interpretativo à complexidade, ao matiz, à ambivalência e à contradição. É, por fim, a ideologia do livro em si mesma, ao estipular-lhe um carácter hierático como expressão que tem servido os interesses daqueles que alcançam e mantêm poder – de definir, por exemplo, o lugar dominante da literatura como roteiro essencialista de práticas elitistas –, na reiteração justificativa do cariz superior da tecnologia da impressão, que é alvo de contestação com esse movimento de reapreciação crítica do objeto, de seus usos e agentes.

Vistos como elementos de mudança mas também de exercício de poder, o livro, a leitura e a edição emergem como denotação de um espírito anticanônico de que os novos domínios de investigação estão imbuídos ao prosseguirem e problematizarem novos temas e ângulos de abordagem. Sob a égide de uma matriz emergente vai ganhando corpo uma sucessão de exemplos de refutação do estatuto imutável do que se considera o melhor que foi pensado e escrito (cf. Bloom, 1994), interpretando o campo da cultura tipográfica como palco de lutas em que a análise do cânone deixa de se operar pela lente fixista de ordenação dos grandes produtos intelectuais da humanidade como obras selecionadas de um modo quase natural e passa a ser presidida pela ideia de conflito permanente entre grupos sociais com poderes diferenciados pela imposição estratégica de uma representação valorativa do mundo a partir dos seus interesses, desígnios e necessidades (cf. Williams, 1983). Desmontado o mito canônico, a perspectiva ancora-

se no jogo dialógico entre autoridade e resistência cultural. Propugnam-se conceitos como *authority* e *agency* (cf. Davis, 1975; Burke, 1978; Hall, 1996), que capturam a capacidade que, dentro e fora dos sistemas de regulação instituídos, as margens demonstram de resistência ou de apropriação transformadora dos discursos e das linguagens dominantes. Os agentes intermediários, como os editores, ocupam os lugares de inscrição da cultura impressa que arvoram a articulação social entre o núcleo e a franja, ocorrendo uma alternância entre separação e fluidez de fronteiras. É nessa elasticidade em que o domínio cultural se firma que o investigador percebe e constata o papel de mediação, cartografando os eixos de consenso e de conflito através dos artefatos culturalmente produzidos e utilizados.

Decorrente evidente dessa mudança paradigmática, abrem-se definitivamente as portas da maioria ao efêmero, ao popular, ao massificado e ao profano, consolidados como objeto de estudo desde os trabalhos pioneiros de Richard Altick (1957), Richard Hoggart (1958), Raymond Williams (1961, 1983) e E. P. Thompson (1964). No âmbito da importância concedida ao subliterário, mesmo ao antiliterário, ao não livro ou ao antilivro, ou seja, a ideias e morfologias alternativas de cultura e conhecimento, a pretensão das abordagens contemporâneas passa em grande medida por uma desocultação do leitor socialmente dominado, pouco provido de capitais, daquele a quem se restitui a voz, diluída pela inexistência de registro histórico ou abafada pela dificuldade na recolha e na sistematização de dados. A tendência é de descoberta dos livros e leituras considerados menores, outorgando estatuto analítico aos gêneros e às formas de produção e apropriação anteriormente negligenciados na tradição literária mais estrita (cf. Chartier e Lüsebrink, 1996), dos quais veio a ser paradigma o livro de cordel (cf. Chartier, 1988a, 1990). As aproximações assim levadas a cabo provocam mais brechas na tradição intelectual que conceitualiza o livro e a leitura como exclusividade erudita.

A noção de vulgo como objeto último do estudo do livro, no quadro de uma reflexão não reificante desse mesmo objeto e em ruptura com as dicotomias que se propõem cavar uma separação desnivelada entre universos culturais hierarquizados em “baixa” e “alta” cultura, é acentuada pela sua absorção enquanto artefato produzido e sujeito a apropriações por um sistema de relações entre atores diversos cuja atividade interativa se textura a partir da ideia de sistema comunicativo. Ganha forma a ideia de livro como processo material e ideativo de adscrição de sentido, configurado já não exclusivamente pelo autor como fonte prescritiva mas por uma miríade de outros participantes. O declínio do enfoque linear, caro às visões conser-

vadoras no interior da história da literatura, em cujos extremos residiriam o autor e o leitor, é inexorável, acelerando no dealbar dos anos de 1980, mas já detectável em meados do século XX nos contributos – durante longo tempo ignorados – de William Charvat (1968) e da sua análise de triangulação e reciprocidade na relação do texto com o contexto (cf. Fink e Williams, 1999). Oposto “tanto ao escritor como ao leitor está todo o complexo organismo do comércio do livro e da revista – um comércio que há dois séculos, pelo menos, desempenha uma função positiva e dinâmica no mundo da literatura” (Charvat, 1968, p. 284). Nessa medida, “escritor e leitor determinam o comércio do livro e por ele são determinados” (*Idem*, p. 285). Transposta a concepção para o plano processual, surge uma paleta de propostas operativas, como as de espaço, rede, mundo ou circuito do livro, planos sociais habitados por múltiplos atores sociais do livro (cf. Darnton, 1982; Becker, 1982; McGann, 2002). Inscreve-se o estudo do livro incorporando-o numa moldura mais ampla, o sistema intelectual e cultural, formado pela circulação social de ideias e tendências e pelas estruturas institucionais e económicas em que essa circulação se processa, incluindo elementos cujo espectro de diversidade abarcaria agências e instâncias que se articulariam de modo mais ou menos denso mas sempre complexo e difuso, entre as quais se poderiam contar a edição, a livraria, a televisão, a imprensa, o cinema, o rádio, entre outras (cf. Altbach, 1995b). Num percurso ininterrupto, os avanços conceituais seguem num sentido de afastamento crescente em relação às perspectivas radicadas numa visão hierática do texto, conduzindo, num momento posterior, a um posicionamento crítico ante o modelo darntoniano de circuito comunicativo, considerado linear e demonstrativo de um encadeamento meramente progressivo entre a composição, a publicação e o consumo. Para John Jordan e Robert Patten (1995), a reflexão sobre o livro deve tomá-lo nos refluxos e avanços da interdependência e da interatividade, não resistindo os autores à metáfora da história da edição como hipertexto.

Encruzilhadas temáticas e reencontros disciplinares

Todo esse movimento de reconceitualização do livro ganha sentido e orientação particulares a partir de um percurso de reelaborações disciplinares que se iniciam no interior do próprio campo científico, a começar pelo da história. A Nova História, que se instala na França no decurso da Segunda Guerra Mundial, e que se estabelece operativamente pela valorização de uma análise pluridimensional e em várias escalas, procura ativamente a

decifração do cotidiano, fazendo-o com recurso à perscrutação dos objetos que nele se utilizam e dos grupos até então social e academicamente marginalizados. A demanda da explicação do mundo moderno e da sua matriz capitalista destaca a cultura, as suas práticas e os seus produtores como um dos eixos privilegiados de observação. O livro impresso como expressão do advento e da expansão da tipografia cumpre integralmente os requisitos como objeto de estudo, configurando um dos nós preferenciais de interpretação da modernidade (cf. Le Goff *et al.*, 1978; Chartier, 1988a). Por outro lado, desenrola-se uma aproximação entre os desenvolvimentos re-historicizadores do livro e, portanto, do artefato literário, e os estudos literários. A colaboração, tornada possível pelas mutações internas da própria abordagem tradicional da literatura, materializa-se na base de um escopo primordialmente documental. A busca de relações entre as componentes social e material das práticas literárias obriga justamente ao escrutínio dos materiais. A evidência documental é tomada como fonte incontornável do estudo da passagem do texto ao livro. Procedendo a uma reconstituição dos circuitos de produção, distribuição e consumo, e das suas manifestações no dado literário, essa cooperação interdisciplinar impõe uma reapreciação crítica da teoria e da história literárias erigidas exclusivamente em termos textuais. A investigação propõe-se passar a operar nos interstícios da fronteira entre ciências sociais, históricas e literárias (cf. Watt, 1963). Jerome McGann (2002), um dos expoentes da veia crítica assim proclamada, defende que as ferramentas semióticas da teoria literária, porque radicam no texto, não se apresentam como recurso suficiente – mesmo que altamente sofisticado – para dar conta da infusão social de significado que se sucede na textualidade. As variáveis que governam a produção textual integram forçosamente considerações sociais e culturais porque os textos nos livros, ao viajarem do espaço privado ou íntimo para o espaço público, são inexoravelmente socializados, tanto na produção como na transmissão. Essa perspectiva pressupõe, a um tempo, uma alternativa à crítica textual centrada nas intenções do autor e à teoria literária centrada na indeterminação gerada pelos atos de leitura.

Autônoma mas paralela à evolução historiográfica, a mudança ocorre igualmente no domínio da sociologia com o surto da sociologia da cultura a que se assistiu a partir dos anos de 1950, erguida em torno dos circuitos de produção e consumo nos diversos nós constituintes de uma esfera: a comunicativa. Dirigindo o foco ao exame das práticas na sua relação com outras formas socialmente construídas, é aos artefatos que se consagra o

estatuto de plataforma ou laboratório de observação, considerando-os elementos centrais do processo social. Os meios contemporâneos do século XX constituem-se como domínio privilegiado de estudo. A voragem de atenção ao rádio, à gravação de imagem e som, ao cinema e à televisão não retira protagonismo à cultura tipográfica e ao livro, nem os desvalorizam como objetos. O materialismo cultural que assim nasceu galgou as fronteiras disciplinares, chegando no Reino Unido à embocadura dos Estudos Culturais.

O fundo marxista que inspira o edifício do materialismo cultural está também ligado ao recrudescimento de uma reflexão de tipo sociológico arraigada ao literário como gênero nobilitado e paradigmático dos produtos e das práticas artísticas e culturais. Com fortes divisões internas, é arriscado afirmar a existência autônoma e institucional de uma sociologia da literatura, que parece ocupar no campo disciplinar e curricular dos planos de estudos de formação em sociologia um lugar relativamente marginal. Mas as preocupações no campo da produção sociológica de pensamento e teoria não deixam de existir, evocando uma concepção de literatura que procede do estabelecimento de uma relação entre o social e o literário em outros termos que não o de gênio criativo ou o de *zeitgeist*. O impulso é dado por autores como György Lukács (1962) e Lucien Goldmann (1964), que elaboram uma compreensão da literatura com base nas estruturas ideológicas e econômicas da sociedade contemporânea. O substrato narrativo desse campo teórico transcreve o literário como reflexo das relações que governam a organização social e produtiva. O seu eco ainda reverbera no sucesso da metáfora do espelho (cf. Williams, 1977; Desan *et al.*, 1989). Alain Viala e Pierre Bourdieu posicionam-se de modo crítico perante essa metáfora. Ao espelho, Viala contrapõe outra metáfora, a do prisma. Os efeitos prismáticos configuram “as mediações, as realidades, a um tempo translúcidas e deformadoras que são constituídas pelos códigos, instituições e campos literários interpostos entre o referente social e o texto e entre a obra e os seus leitores” (1988, p. 64). À sociologia da literatura acomete-se a tarefa de descrição dos prismas e de explicação dos seus efeitos. A intenção é claramente a de quebrar a visão determinista que envolve de modo hegemônico as perspectivas refletivas, cujo epítome é oferecido na proposição da literatura como expressão da sociedade, visão mecanicista e instrumental do literário. Eivada de positivismo, essa posição é para Viala insustentável, preferindo o autor perceber o fenômeno literário como discurso, ao mesmo tempo aberto e contingente, sucessivamente construído e transformado num domínio social mediador.

Num empenho semelhante de escapar às armadilhas, tanto da sobre-determinação social da literatura como da sua autonomia pura, postulada na apologia do talento individual, Pierre Bourdieu suscita o desenvolvimento do que apelida de sociologia do campo literário. Conceito-chave do seu desígnio teórico global, o campo social reporta-se a um espaço relativamente autónomo fundado na articulação do conjunto de agentes, obras e fenómenos compreendidos na *praxis* literária. As estruturas que criam esse espaço são definidas pelo sistema conflitual de forças atuante no seu interior e correspondem ao produto cumulativo da sua própria história. Nesses termos, a análise das obras e dos fenómenos nelas subjacentes é em grande medida a análise das posições e dos interesses dos agentes individuais, grupais e institucionais no campo literário (cf. Bourdieu, 1991, 1992; Chamboredon, 1975), perspectiva já distante da gênese moderna da pesquisa sobre o tema. Com efeito, num dos trabalhos considerados pioneiros na sociologia da literatura, Robert Escarpit (1958) procurara isolar operativamente modelos de produção, irradiação e recepção do livro, observando a literatura como instituição social. A tendência para a modelização e quantificação excessivas ter-lhe-ão valido forte crítica, mas a abordagem de Escarpit (1970) revelou-se um poderoso ponto de partida para o estudo sócio-histórico da literatura como objeto de pesquisa.

O livro exige, então, um esforço explicativo geneticamente multidisciplinar sustentado na intersecção da reflexão sobre leitura, imprensa, literatura e edição. Obras fundadoras (cf. McLuhan, 1962; Eisenstein, 1979) concretizaram uma das redescobertas da história social do livro no último meio século, traduzida no desígnio de exploração dos nexos entre o objeto impresso e a sociedade. Por meio da análise global do papel desempenhado pela imprensa e, particularmente, pelo livro na edificação da cultura ocidental moderna, os usos sociais dos textos deixaram de ser separados das instituições, contextos e tecnologias em que se inscrevem e que os inscrevem. Se esses dois estudos, sobretudo o de Eisenstein, engendraram-se por síntese da pesquisa até então conduzida, afirmaram-se como marcos a partir dos quais se abre um novo programa às investigações ulteriores, inclusive pela crítica que suscitaram. Se as teses de McLuhan, sobretudo as que se relacionam com a consabida proposta da morte do livro, são desde há muito objeto de forte controvérsia e crítica, por vezes virulenta, são mais recentes as perspectivas que olham criticamente para o trabalho de Eisenstein. Dessas, talvez o ataque mais verberante seja o de Adrian Johns (1998), originando um debate cujo desenlace parece ainda estar distante.

O volume pioneiro, pela sua extensão, ambição e carácter seminal, é, contudo, editado em 1958, marcando a entrada definitiva do livro como tema no quadro da investigação. Ato fundacional, a publicação de *L'apparition du livre* (cf. Martin e Febvre, 1958) inaugura um domínio disciplinar suportado inicialmente por uma sequência de trabalhos de feição quantitativa em que imperam como vestígios dos *Annales* as longas séries da produção impressa em circunscrições de escala variada, impondo como escopo de pesquisa as conjunturas dessa mesma produção, a sua desigual distribuição social e os círculos profissionais e dinásticos dos impressores e livreiros. Firmada a tradição serial como abordagem privilegiada, monopólica mesmo, a sua relevância na captura das estruturas gerais de produção tipográfica e na sistematização de dados estatísticos de base é incontestável. Os mecanismos de produção dos textos na sua estrutura decisional, bem como a sua percepção e utilização, permaneciam, todavia, território oculto (cf. Chartier, 1988b, 1993); pelo menos até novo ato de fundação, onze anos volvidos, com a tese de Henri-Jean Martin (1969), que formula o mundo da edição como verdadeiro fato social total. Correspondendo, mais que a um manifesto, a um projeto com maior amplitude de ambições, o desígnio subjacente à obra de Martin e Febvre, ao considerarem o livro simultaneamente como mercadoria e meio de comunicação cultural, não terá conhecido aprofundamento suficiente até o cotejo, operado por autores como Roger Chartier (1996, 1997), da formulação do objeto impresso nas suas apropriações com a aproximação bibliográfica anglo-saxônica, nomeadamente a proposta por D. F. McKenzie. Procurando o entendimento da “relação complexa que liga o meio de transmissão de uma mensagem ao significado dessa mesma mensagem” (1986, p. 9), à luz da percepção do livro como forma expressiva, McKenzie propõe a bibliografia como sociologia dos textos, defendendo a dimensão material do livro como variável necessária à restituição dos sentidos investidos num texto e afastando-se, por isso, da inclinação dos bibliógrafos, incorporando a intervenção de outros agentes que não o autor na transmissão textual como ação corruptora. Pressupondo o enfoque analítico nos processos técnicos enquanto processos sociais de transmissão, para McKenzie, a encadernação e o aspecto gráfico do livro, o formato da página impressa e as suas divisões internas, ou a articulação entre texto e paratexto – índices, ilustrações, notas, tabelas –, são instâncias atuantes nos significados interpretáveis, interferindo na leitura do objeto impresso. “Novos leitores criam textos novos e extraem sentidos novos que dependem diretamente da sua forma nova” (*Idem*, p. 20). Essa conexão opera, segundo

Chartier, a perspetivação e a utilização da “história do ato ou atos de ler como a inevitável extensão da história do livro” (1988b, p. 14), exprimindo o intuito de reconstituir as maneiras segundo as quais os textos nos livros são apropriados, apreendidos e reinterpretados. Livro, literatura, leitura e edição atravessam-se em encruzilhadas temáticas e reencontros disciplinares, conciliando tradições de diversas origens (cf. Davidson, 1988; Allen, 1991). Ou, recorrendo às certas palavras de Robert Darnton, os livros recusam-se ao confinamento a “uma única disciplina quando tratados como objeto de estudo. Nem a história, nem a literatura, nem a economia, nem a sociologia, nem a bibliografia conseguem fazer justiça a todos os aspectos da vida de um livro” (1982, p. 81).

Curiosamente, Roger Chartier opta – num movimento que só na aparência é paradoxal – por um trajeto de desvinculação de uma das premissas basilares na concepção febvriana do aparecimento do livro, criticando as teses que apelidaram de revolucionária a edição impressa de Gutenberg. Sustentando que a “revolução de Gutenberg” não terá sido necessariamente uma revolução, na medida em que se detectam persistências tanto nas estruturas organizativas, físicas e de gênero fundamentais do livro (cf. Chartier, 1997), como nos modos e tempos de leitura (cf. Chartier e Cavallo, 1997), sem modificação pela introdução dos caracteres móveis, Chartier é um dos autores que mais tem defendido uma reavaliação atenta do verdadeiro significado da invenção de Gutenberg, insistindo numa continuidade não interrompida mas complexificada entre cultura manuscrita (*scribal culture*) e cultura tipográfica (*print culture*). O autor francês insurge-se contra a imputação de transformações culturais e sociais a uma única inovação técnica, propondo a pertinência e a necessidade de uma abordagem de longa duração à história da edição e do livro (cf. Chartier, 1991). A análise das continuidades da *longue durée* de inspiração braudeliana permite, de acordo com David Hall (1996), esboçar a moldura estrutural do campo do livro, nos seus tropos e formas dominantes, contra pretensões de uma narrativa escorreita de revolução e democratização. Longe, então, de constituir um ponto de demarcação cultural, o advento da obra impressa não cria um objeto novo nem implica necessariamente gestos diferentes na sua apropriação ou na relação com a palavra escrita (ante uma suposta acentuação da divisão entre oral e escrito provocada pela tipografia), apesar do reconhecimento pelo autor de que cria possibilidades novas de circulação do livro e dilata exponencialmente a sua escala. As grandes modificações, revolucionárias *strictu sensu*, emergem, por exemplo, nos *scriptoria* monásticos e nas universidades,

com o desenvolvimento da organização racional do material escrito, que os impressores se limitam, de certa forma, a reproduzir. A morfologia física do livro atual institui-se com a substituição do *volumen* pelo *codex*, que a impressão reitera e mobiliza posteriormente. As próprias matérias-primas, como o papel, são introduzidas bem antes dos caracteres móveis (cf. Martin, 1980; Chartier e Martin, 1989). Essa perspectiva opera um distanciamento dos pontos de vista, quer de McLuhan (1962), e de autores como Jack Goody (1986) e Walter Ong (1982), quer de Eisenstein (1979).

Robert Darnton (1990) é outro dos que apontam algumas limitações ao modelo revolucionário, verificando menos ruptura no livro-objeto do que seria de esperar. Se o livro caligrafado medieval inscrevia na sua matriz a ideia de *telos*, demandando no seu fabrico o sagrado e o escolástico na sua apresentação material, o livro impresso fez-se na emulação formal do seu antecessor, procurando a qualidade gráfica como estratégia capaz de o tornar competitivo diante do livro copiado manualmente. Também nessa instância, o livro tipográfico, antes de representar o advento da modernidade como forma material e mental de ruptura, mostra-se essencialmente como um agente de continuidade com a cultura medieval (cf. Clanchy, 1982). A articulação da página impressa com a pré-modernidade aconteceu igualmente mediante sua assimilação pela cultura comunitária, suportada pela oralidade como forma privilegiada de comunicação, com a impressão a desempenhar um papel – por vezes, o único que lhe era reservado – de alternativa tecnológica de perpetuação do registro oral (cf. Furet e Ozouf, 1977). Os nexos que conectam as práticas do impresso com as da oralidade e do texto manuscrito são, então, profundos e duradouros, atingindo o século XIX e mesmo o XX. Durante todo o Antigo Regime, a circulação de textos manuscritos, por exemplo, é tão profusa que em não poucos casos submerge claramente a dos textos impressos. Mais do que quebrar a lógica preexistente, o livro impresso vem mesclar-se com ela, transformando a natureza, as práticas e as formas de poder instauradas pela tradição oral. Em um número não desprezível de casos, a difusão da imprensa sugere que a nova tecnologia não estilhaça o que lhe preexistia, antes lhe recauchuta a resistência. Anthony Grafton (1991) demonstrou como a tipografia cooptou constelações de saberes e textos para o universo impresso que plausivelmente não subsistiriam se não se tivesse dado a sua basculação para um terreno que os resgatou do enclausuramento social limitativo e eventualmente letal, expondo-os a novas circunscrições de disseminação, de outro modo inacessíveis. A

invenção e a expansão da palavra impressa no Ocidente significaram tanto mudança como conservação cultural.

É, contudo, incontestável que as transformações técnicas repercutiram na própria comunicação escrita no seio da comunidade letrada, ampliando-se a escala e a velocidade de difusão da palavra escrita impressa, que, coexistindo com as formas manuscritas até bem tarde na época moderna, satisfazia a solicitação social crescente de um modo impossível àquelas e não deixou de ser essencial na configuração de um mercado alargado de venda e consumo do livro. Por si só, essa mudança técnica acabou por desempenhar um papel marcante precisamente na cultura moderna, autorizando o surgimento do apodo “tipográfico” ao homem dos séculos XIX e XX. Sobrevém, assim, uma situação paradoxal em que se articulam as ideias de continuidade e permanência, expressas na ausência de alterações imputadas ao objeto, com as de transformação e mudança, percebidas nas consequências da forte alteração dos processos produtivos (cf. Watt, 1963; Furet e Ozouf, 1977; Eisenstein, 1979). De um lado, autores como Chartier, Darnton, Grafton ou mesmo Johns, de outro, Eisenstein. Convirá aqui recordar que na tese de Eisenstein não há o intuito de sondar os efeitos de mudança social e comunicativa como consequência direta e inexorável da inovação tecnológica. Aqueles decorreriam antes das relações sociais de produção, disseminação e recepção que estabelecem a ligação entre a técnica tipográfica e as instituições sociais que lhes são anteriores, como as universidades, os círculos aristocráticos e clericais, e o mercado. A autora não pretendeu tanto afirmar a mudança como efeito necessário e automático do aparato tecnológico da impressão, mas procurou efetivamente proceder ao isolamento de atributos específicos desse aparato na sua articulação demonstrativa com modificações nos processos cognitivos, sociais e políticos em termos das possibilidades de transformação do conhecimento abertas pela transformação do meio pelo qual o conhecimento é comunicado, fixado, multiplicado e massificado.

Os sistemas de crença ratificados em torno do livro impresso, investido de um poder caucionador do seu conteúdo pelo ato de mediação que a publicação pressupõe, vão merecer um questionamento cerrado por parte de Johns (1998), que sugere que o efeito da tipografia na cultura moderna do Ocidente não terá sido tão esmagador e revolucionário como axiomáticamente se tende a supor. Não deixando intacta sequer a santidade da ideia de que pode haver qualquer especialização académica em redor de estudos da cultura tipográfica, de cuja viabilidade duvida, a mira da refutação é apontada à tese central de Eisenstein e às teorias de McLuhan, que supõe seu precursor.

Para Johns, o que deve ser testado é a assunção, inquestionável para grande parte da comunidade de estudiosos do objeto impresso, de que existe uma cultura tipográfica preceitualmente presumida desde a invenção dos caracteres móveis no Ocidente, para muitos premissa fundamental para a reflexão em torno do livro, da leitura, da literatura e da edição. O que é contestado vigorosamente pelo autor é a emanção a-histórica de dotes de padronização, disseminação e fixação textuais possuídos pelo aparato tecnológico, asserção a que contrapõe o cariz contextual – portanto, socialmente construído – do que a cada momento se designa de cultura tipográfica. Uma característica como a fixação dos textos não seria uma qualidade inerente à impressão mas uma faculdade transitiva, o que conduz o raciocínio à necessidade de um entendimento histórico do impresso em novos moldes. Para isso, um dos procedimentos mais importantes é passar a considerar analiticamente os agentes envolvidos no universo tipográfico, nas vertentes da impressão, da edição e da leitura. É, aliás, na produção do livro que se consubstancia a confecção de legitimidade atribuível ao objeto e ao seu conteúdo, que não são simples frutos do dado tecnológico. “A ‘revolução tipográfica’, se houve alguma, consistiu tanto em mudanças nas convenções de manuseio e infusão de crédito nos materiais textuais como em transformações da sua manufatura” (Johns, 1998, pp. 35-36). Acercando-se de autores como Chartier, Martin e McKenzie, que cita com abundância, Johns conclui que “o impresso pressupõe não uma mas várias culturas e que tais culturas do livro possuem elas próprias uma natureza local” (*Idem*, p. 30).

Sociologia histórica da edição: a emergência de um projeto

Dado o impulso conferido por obras como as de Eisenstein (1979) e, de maneira mais marcante, de Martin e Febvre (1958), pelo programa que aí se intuía, a ulterior consolidação de um quadro investigativo centrado no livro reuniu as circunstâncias que tornaram exequível o surgimento de projetos em que se diligencia uma síntese e reflexão de âmbito globalizante, com o concurso dos contributos que a pesquisa foi oferecendo ao longo de várias décadas. *A Histoire de l'édition française*, empreendimento de grande fôlego dirigido por Martin e Chartier, traduz o que talvez seja o primeiro desses momentos fundamentais, unindo na coordenação um dos autores de *L'apparition du livre* e um dos expoentes da Nova História na sua transição para as proposições da história cultural. Publicada originalmente entre 1983 e 1986 em quatro volumes (cf. Chartier e Martin, 1989, 1990a, 1990b, 1991), a obra é funda-

dora ao caucionar coletivamente a ideia da projeção crítica de uma memória nacional do livro e da edição, mimetizada na sua intenção e modelo por outras histórias nacionais do livro e da edição que apareceram desde então.

O projeto mencionado representa uma clivagem clara com um passado em que as tradições da sociologia e da historiografia pareceram desconsiderar a edição como objeto. Ainda em finais da década de 1980, já completada a edição precursora de Chartier e Martin, John Sutherland (1989, p. 267) referia-se, talvez um pouco excessivamente, “à ignorância acadêmica sobre o comércio do livro e os procedimentos da história da edição” como um buraco no fulcro da sociologia da literatura. Pensar a edição de livros tomando-a como objeto de reflexão e análise no âmbito da sociologia, da história ou da crítica literária foi durante largo tempo território pouco explorado, circunscrito a um conjunto de autores isolados, sem programas institucionalizados num quadro de organização coordenada quase inexistente. Considerados francoatiradores, o seu campo de pesquisa não se estruturava como um domínio aceite pela comunidade e inserido nos grupos temáticos das associações, nas áreas de discussão das reuniões e congressos, nos tópicos formativos dos cursos e disciplinas, nem nas linhas de investigação a promover na academia. A narrativa das ciências sociais em torno da edição inicia-se na metade do século XX, embora entrecortada no discurso, pouco definida na tematização e descontextualizada nas instituições. Descontando a tradição descritiva (cf. Mumby, 1930), que possibilitou posteriormente uma reflexão em torno das fontes, são estudos posteriores (cf. Couch, 1949; Farrar, 1950; Van Nostrand, 1956), nos quais o universo da edição de livros é sujeito à análise enquanto campo socialmente inscrito de produção cultural de tipo industrial e de afirmação profissional de um conjunto de agentes com características particulares, que revelam não ser recente a existência de investigação que procure autonomizar a edição como objeto. Apesar, contudo, de uma tradição longa de estudo e bibliografia na esfera do livro, até os anos de 1970 (década em que se inauguram revistas essencialmente de âmbito historiográfico devotadas de modo específico ao mundo tipográfico, com orientação crescente para a edição, como a *Publishing History* ou a *Revue Française d’Histoire du Livre*) e, sobretudo, de 1980, a abordagem das ciências sociais tendeu a ignorar o espaço social da edição como campo de pesquisa legítimo (cf. Luey, 1997; Finkelstein e McCleery, 2002). Até então, sobravam trabalhos descritivos, de base apologetica, em torno de atores e empresas do setor. Foi, todavia, esse lastro hagiográfico e ego-histórico (cf. Mollier, 1996) que gerou um depósito

bibliográfico de ênfase nos trajetos individuais e institucionais dos atores do mundo editorial e que, embora estribado num discurso inevitavelmente etnocêntrico, quando não narcísico, revelou muito das representações dos envolvidos sobre si próprios.

Philip Altbach (1995a), acadêmico com larga experiência reflexiva e interventiva no tocante à edição, propõe a criação e o desenvolvimento de um ramo autônomo, necessariamente transdisciplinar, a que deu o nome de *publishing studies*, tópico a que, em seu entendimento, urge conceder domicílio acadêmico. Obstáculo estrutural à consolidação institucional dos estudos editoriais como área do saber, o campo da edição é, ele mesmo, espectador, por vezes abúlico, quando se trata de desenvolver análise e reflexão científicas sobre si. Pouco ou nada habituado à preservação arquivística e à organização documental (cf. Darnton, 1982), o campo editorial é ainda frequentemente caracterizado pela assistematização, desordenamento ou mesmo ausência de dados e séries estatísticas. O diagnóstico dessa situação está efetuado há duas décadas, sendo o esteio, aliás, de propostas como a de John Sutherland (1989). Promovendo a necessidade da consecução de uma história alargada do livro e dos seus processos de produção, reprodução e consumo, Sutherland considera que a sua exequibilidade é de uma exigência extrema quanto ao esforço em meios humanos, financeiros e institucionais envolvidos. Perante a necessidade de estruturação do campo de história da edição de que semelhante projeto careceria, o autor advoga o estabelecimento de prioridades, traduzido na indispensabilidade de organizar os materiais a trabalhar pela área de investigação em causa, antes dos seus contributos explicativos poderem ser metodicamente utilizados. Nessa óptica, a constituição, a sistematização e a manutenção de bases arquivísticas e de dados sobrepor-se-iam em termos de urgência ao desenvolvimento de um corpo teórico e de problematização. “Para já, a história da edição deveria provavelmente declinar em escrever-se, concentrando-se em vez disso na diligência preliminar de se reunir” (*Idem*, p. 282), afirma, prevendo que uma parcela relevante do entendimento dos processos editoriais venha, numa primeira fase, a constituir “um trabalho de sacrifício, muito pouco excitante” (*Idem*, p. 272). G. Thomas Tanselle (1989) fustiga asperamente essa sugestão, sustentando que nada impede um movimento de progressão simultânea entre a componente empírica e a teórica, residindo nesse aspecto o desejado sucesso dos estudos editoriais.

A constituição de um campo disciplinar relativo à edição como objeto social – sempre a par dos temas da leitura, da literatura e do livro, que lhe

são quase siameses – evidencia, então, uma juventude, comparável a uma efervescência incontestável, que parece transportá-la a passos largos para a maturidade. De acordo com Jean-Yves Mollier e Patricia Sorel (1999), em finais do século XX a história da edição teria já atingido na França a idade adulta, sendo possível discernir mais de dezena e meia de orientações de pesquisa. A evolução da investigação e da metodologia que incidem no universo editorial reconhece que a edição é eclética na sua variabilidade e irreduzível a uma dimensão única. O enfoque nesse domínio tem assumido na voz e na prática de muitos dos que o estudam uma vocação globalizante, contra atomizações e reduções que o cindam em territórios monocausais e incomunicantes (cf. Mollier, 1996). Ancorada na subversão da segmentação fragmentária e estanque e no uso de utensilagem própria de várias disciplinas, a consecução de um projeto de sociologia histórica da edição abre-se a um conjunto de possibilidades de pesquisa.

A atividade editorial que seleciona ou ordena os textos, controla as operações pelas quais os textos se tornam livros e assegura a sua distribuição aos compradores é declaradamente o processo fundamental em que se consuma a interligação entre a história das técnicas e a história da produção, a sociologia do comércio livreiro e a sociologia da leitura, o estudo físico dos livros e o estudo cultural dos textos (Chartier, 1988b, p. 24).

O objeto a compreender converte-se, nas palavras de Chartier, no ponto onde confluem nomenclaturas e tradições científicas nacionais diferentes, com trajetos institucionais e teórico-metodológicos diversos. À separação sucede, no âmbito das comunidades disciplinares, o diálogo a partir do início da década de 1970, com passos tímidos mas consequentes ligando bidirecionalmente dois dos mais representativos universos de pesquisa sobre o tema: o francês e o anglo-saxónico. Processo que germinou com traduções de trabalhos clássicos, desenvolvendo-se depois na consecução de obras individuais em que a pesquisa conduzia os investigadores à recíproca descoberta e à divulgação de ideias oriundas de contextos académicos e de pensamento bem diversos dos seus (cf. Carpenter, 1983; Chartier, 1995; Bell *et al.*, 2000; Michon e Mollier, 2001).

O desenvolvimento de um campo de pesquisa concretizado no enfoque sociologicamente fundado numa historicização da edição de livros como objeto demonstra já sinais de clara consolidação, sobretudo se examinado na óptica dos caminhos – plurais, não lineares nem estanques ou facilmente

discerníveis como assimiláveis a esta ou àquela tradição nacional – percorridos pelas várias abordagens que constroem a sua narrativa nos observatórios escolhidos, os espaços francês e anglo-saxônico. Se a sinuosa narrativa traçada neste texto é reveladora da riqueza analítica da edição enquanto alvo de escrutínio e interrogação, bem como da plasticidade que a mesma exige das comunidades que a estudam e das estruturas conceituais que a problematizam, não deixa igualmente de levantar questões que constituem desafios de monta ao processo subjacente a essa narrativa. De um lado, essas questões decorrem de aspectos eminentemente ligados à intrincada relação entre os itinerários teóricos de matriz dialogal e as possibilidades de manutenção de uma área de estudo definida como campo de pesquisa coerente e portador de uma unidade. Se é inequívoco o cariz fecundo de uma ambição de carácter global e multidisciplinar, o risco nela implicado é real e comum a todos os esforços de síntese: a ductilidade do objeto pode ser o início da erosão da sua nitidez. De outro lado, as questões aludidas também se enquadram na dimensão social e política dos agentes e dos contextos em que se materializa a investigação, remetendo para a natureza desigual do mercado internacional das ideias, constantemente atualizado na coexistência tensional de lógicas de dominação e contradominação. Nesse sentido, entre muitas outras, há pelo menos três perguntas que se impõe colocar o quanto antes. Persistirá o movimento de expansão e sedimentação do campo de pesquisa de uma sociologia histórica da edição de livros alargando-se, como se tem alargado, a novos espaços e tradições, incluindo os de língua portuguesa? Se sim, como se espera, que configurações assumirá a relação entre as características e os pressupostos nativos das periferias científicas e a capacidade de expansão do centro produtor de modelos? E que consequências no nível da estruturação internacional do campo emergente advirão em termos científicos e institucionais dessa relação?

Referências Bibliográficas

- ALLEN, James Smith. (1991), *In the public eye: a history of reading in modern France, 1800-1940*. Princeton, Princeton University Press.
- ALTBACH, Philip. (1995a), "Introduction". In: ALTBACH, Philip e HOSHINO, Edith (eds.), *International book publishing: an encyclopedia*. New York/London, Garland, pp. xiii-xvii.
- . (1995b), "Publishing and the intellectual system". In: —— (ed.), *International book publishing: an encyclopedia*. New York/London, Garland, pp. 271-278.

- ALTICK, Richard. (1957), *The English common reader*. Columbus, Ohio State University Press.
- BECKER, Howard. (1982), *Art worlds*. Berkeley/Los Angeles/London, University of California Press.
- BELL, Bill *et al.* (eds.). (2000), *Across boundaries: the book in culture and commerce*. Winchester/New Castle, St. Paul's Bibliographies/Oak Knoll Press.
- BLOOM, Harold. (1994), *The Western Canon: the books and school of the ages*. New York, Harcourt Brace.
- BOURDIEU, Pierre. (1991), "Le champ littéraire". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, 89: 4-46.
- . (1992), *Les règles de l'art: genèse et structure du champ littéraire*. Paris, Seuil.
- BURKE, Peter. (1978), *Popular culture in Early Modern Europe*. London, Temple Smith.
- CAREY, James. (1984), "The paradox of the book". *Library Trends*, Urbana-Champaign, 2 (33): 103-113.
- CARPENTER, Kenneth (ed.). (1983), *Books and society in history*. New York/London, R. R. Bowker.
- CHAMBOREDON, Jean-Claude. (1975), "Marché de la littérature et stratégies dans le champ littéraire". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, 4: 41-43.
- CHARTIER, Roger. (1988a), *A história cultural, entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa, Difel.
- . (1988b), *Frenchness in the history of the book: from the history of publishing to the history of reading*. Worcester, American Antiquarian Society.
- . (1990), "Livres bleus et lectures populaires". In: CHARTIER, Roger e MARTIN, Henri-Jean (dir.), *Histoire de l'édition française*. Paris, Promodis/Fayard, vol. 2: *Le livre triomphant: 1660-1830*, pp. 657-673.
- . (1991), "Postface". In: ——— (dir.), *Histoire de l'édition française*. Paris, Promodis/Fayard, vol. 4: *Le livre concurrencé: 1900-1950*, pp. 621-641.
- (dir.). (1993), *Pratiques de la lecture*. Paris, Peyot/Rivages.
- (dir.). (1995), *Histoires de la lecture: un bilan des recherches*. Paris, Imec/Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- . (1996), *Culture écrite et société*. Paris, Albin Michel.
- . (1997), *A ordem dos livros*. Trad. Leonor Graça. Lisboa, Vega.
- CHARTIER, Roger & CAVALLO, Guglielmo (dirs.). (1997), *Histoire de la lecture dans le monde occidental*. Paris, Seuil.
- CHARTIER, Roger & LÜSEBRINK, Hans-Jürgen (dirs.). (1996), *Colportage et lecture populaire: imprimés de large circulation en Europe, XVI^e-XIX^e siècle*. Paris, Imec/Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- CHARTIER, Roger & MARTIN, Henri-Jean (dirs.). (1989), *Histoire de l'édition française*.

- Paris, Promodis/Fayard, vol. 1 : *Le livre conquérant: du Moyen Age au milieu du XVIII^e siècle*.
- (dirs.). (1990a), *Histoire de l'édition française*. Paris, Promodis/Fayard, vol. 2: *Le livre triomphant: 1660-1830*.
- (dirs.). (1990b), *Histoire de l'édition française*. Paris, Promodis/Fayard, vol. 3 : *Le temps des éditeurs: du romantisme à la Belle Époque*.
- (dirs.). (1991), *Histoire de l'édition française*. Paris, Promodis/Fayard, vol. 4: *Le livre concurrencé: 1900-1950*.
- CHARVAT, William. (1968), *The profession of authorship in America, 1800-1870*. Edição de M. Brucoli. Columbus, Ohio State University Press.
- CLANCHY, Michael. (1982), "Looking back from the invention of printing". *Quarterly Journal of the Library of Congress*, Washington, 3 (39): 168-183.
- COUCH, W. T. (1949), "A case history in book publishing". *American Quarterly*, 4 (1): 302-313.
- DARNTON, Robert. (1982), "What is the history of books?". *Daedalus*, Cambridge, 3 (111): 65-83.
- . (1990), *The kiss of Lamourette: reflections in cultural history*. New York, W. W. Norton.
- DAVIDSON, Cathy. (1988), "Towards a history of books and readers". *American Quarterly*, 1 (40): 7-17.
- DAVIS, Natalie Zemon. (1975), *Society and culture in early modern France*. Stanford, Stanford University Press.
- DESAN, Philippe et al. (eds.). (1989), *Literature and social practice*. Chicago/London, University of Chicago Press.
- EISENSTEIN, Elizabeth. (1979), *The printing press as an agent of change: communications and cultural transformations in early-modern Europe*. Cambridge, Cambridge University Press.
- ESCARPIT, Robert. (1958), *Sociologie de la littérature*. Paris, Presses Universitaires de France.
- (dir.). (1970), *Le littéraire et le social: éléments pour une sociologie de la littérature*. Paris, Flammarion.
- FARRAR, John. (1950), "Publishing: industry and profession". *American Scholar*, 19: 31-39, winter.
- FINK, Steven & WILLIAMS, Susan (eds.). (1999), *Reciprocal influences: literary production, distribution, and consumption in America*. Columbus, Ohio State University Press.
- FINKELSTEIN, David & MCCLEERY, Alistair (eds.). (2002), *The book history reader*. London/New York, Routledge.
- FURET, François & OZOUF, Jacques. (1977), *Lire et écrire: l'alphabétisation des français de Calvin à Jules Ferry*. Paris, Minuit.

- GOLDMANN, Lucien. (1964), *Pour une sociologie du roman*. Paris, Gallimard.
- GOODY, Jack. (1986), *The logic of writing and the organization of society*. Cambridge/New York/Melbourne, Cambridge University Press.
- GRAFTON, Anthony. (1991), *Defenders of the text: the traditions scholarship in an age of science*. Cambridge/London, Harvard University Press.
- HALL, David. (1996), *Cultures of print: essays in the history of the book*. Amherst, University of Massachusetts Press.
- HOGGART, Richard. (1958), *The uses of literacy*. London, Penguin.
- JOHNS, Adrian. (1998), *The nature of the book: print and knowledge in the making*. Chicago/London, University of Chicago Press.
- JORDAN, John & PATTEN, Robert (eds.). (1995), *Literature in the marketplace: Nineteenth-century British publishing and reading practices*. Cambridge, Cambridge University Press.
- LE GOFF, Jacques *et al.* (dir.). (1978), *La nouvelle histoire*. Paris, Les Encyclopedies du Savoir Moderne.
- LUEY, Beth. (1997), "The 'book' on books – Mammon and the Muses". In: DENNIS, Everette *et al.* (eds.), *Publishing books*. New Brunswick/London, Transaction Publishers, pp. 141-150.
- LUKÁCS, Georg/György. (1962), *The historical novel*. Translation by Hannah Mitchell e Stanley Mitchell. London, Merlin.
- MARTIN, Henri-Jean. (1969), *Livre, pouvoirs et société à Paris au XVII^e siècle (1598-1701)*. Genève, Droz.
- . (1980), "Livre; 1 – L'évolution de la production imprimée". *Encyclopaedia Universalis*. Paris, Encyclopaedia Universalis, vol. 10, pp. 18-21.
- MARTIN, Henri-Jean & FEBVRE, Lucien. (1958), *L'apparition du livre*. Paris, Albin Michel.
- MCGANN, Jerome. (2002), "The socialization of texts". In: FINKELSTEIN, David e MCCLEERY, Alistair (eds.), *The book history reader*. London/New York, Routledge, pp. 39-46.
- MCKENZIE, D. F. (1986), *Bibliography and the sociology of texts*. London, The British Library.
- MCLUHAN, Marshall. (1962), *The Gutenberg Galaxy: the making of typographic man*. Toronto, University of Toronto Press.
- MICHON, Jacques & MOLLIER, Jean-Yves (dirs.). (2001), *Les mutations du livre et de l'édition dans le monde du XVIII^e siècle à l'an 2000*. Saint-Nicolas/Paris, Presses de l'Université Laval/L'Harmattan.
- MOLLIER, Jean-Yves. (1996), "L'histoire de l'édition, une histoire à vocation globalisante". *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, 43 (2): 329-348, Paris, Avril-Juin.

- MOLLIER, Jean-Yves & SOREL, Patricia. (1999), "L'histoire de l'édition, du livre et de la lecture en France aux XIX^e et XX^e siècles – approche bibliographique". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 126-127: 39-59, Paris.
- MUMBY, Frank Arthur. (1930), *Publishing and bookselling: a history from the earliest times to the present day*. London, Jonathan Cape.
- ONG, Walter. (1982), *Orality and literacy: the technologizing of the word*. New York/London, Methuen.
- SUTHERLAND, John. (1989), "Publishing history: a hole at the center of literary sociology". In: DESAN, Philippe *et al.* (eds.), *Literature and social practice*. Chicago/London, University of Chicago Press, pp. 267-282.
- TANSELLE, G. Thomas. (1989), "Response to John Sutherland". In: DESAN, Philippe *et al.* (eds.), *Literature and social practice*. Chicago/London, University of Chicago Press, pp. 283-287.
- THOMPSON, E. P. (1964), *The making of the English working class*. New York, Pantheon.
- VAN NOSTRAND, Albert. (1956), "Making and marketing fiction". *American Quarterly*, 2 (8): 147-154.
- VIALA, Alain. (1988), "Effets de champ, effets de prisme". *Littérature*, 70: 64-72.
- WATT, Ian. (1963), *The rise of the novel: studies in Defoe, Richardson and Fielding*. Harmondsworth, Peregrine.
- WILLIAMS, Raymond. (1961), *The long revolution*. London, Chatto & Windus.
- . (1977), *Marxism and literature*. London, Oxford University Press.
- . (1983), *Culture and society: 1780-1950*. New York, Columbia University Press.

Resumo*O objeto dúctil: a emergência de uma sociologia histórica da edição*

Localizada, desde o início das diligências explicativas para a apreender, numa matriz temática e disciplinar em que se multiplicam os cruzamentos, a edição de livros foi sendo construída como objeto para cuja captura e definição convergiu e converge sinuosamente um feixe de tradições e perspectivas, tanto na sociologia como na história. Este artigo procura estabelecer um percurso sistematizado que se possa constituir para o leitor interessado como baliza de entendimento de um campo de pesquisa teórica e empírica em construção, que aqui se denomina “sociologia histórica da edição”. Projeto necessariamente parcelar, o propósito apresentado concretiza-se seletivamente, tentando proceder a uma exploração do tema a partir especificamente de duas tradições, a francesa e a anglo-saxônica, com enfoque particular na produção do último meio século. Palavras-chave: Livro; Edição; Campo de pesquisa; Sociologia histórica.

Abstract*The ductile object: emergency a historical sociology of publishing*

Since the first attempts to apprehend and explain the phenomenon, book publishing has been apprehended within a disciplinary and thematic context formed by a constellation of traditions and approaches in both sociology and history with multiple interconnections. This article looks to provide a systematic framework for the reader interested in gaining an understanding of one particular field of theoretical and empirical research, what I call here a historical sociology of publishing. A necessarily incomplete project, the approach is purposefully selective, examining the theme through the exploration of two specific traditions, French and Anglo-Saxon, with a particular focus on the last half century.

Keywords: Books; Publishing; Research fields; Historical sociology.

Texto recebido em 17/9/2009 e aprovado em 13/9/2010.

Nuno Miguel Ribeiro de Medeiros, mestre em Sociologia Histórica pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e licenciado em Sociologia pela mesma instituição, é professor adjunto de Sociologia na Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa do Instituto Politécnico de Lisboa. E-mail: <nuno.medeiros@fch.unl.pt>.